

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : Yanomá 10/89

DATA : 21 11 89

PG. : 03

Os índios e a Constituição

FAY HAUSSMAN

"Se não fosse esse pelotão de surucucu, é bem provável que aqui já seria um segundo Paapiú." A opinião do antropólogo Kleber Batalha Franklin, chefe do Posto da Funai, é plenamente repartida pelos jovens militares estacionados nesse pelotão do Projeto Calha Norte, no oeste da Serra dos Surucucus.

É verdade que aqui é quase impossível imaginar que a uns 120 km de distância, em plena terra indígena, existe um lugar chamado Paapiú, assolado por uma invasão brutal —garimpeiros, aviões, helicópteros, máquinas de garimpo de ouro, tendas de comércio, aventureiros de toda espécie e até um prostíbulo—, da qual os ianomami da área são as vítimas desamparadas.

Aqui tem as malocas de uns 700 ianomami espalhadas na área de mais fácil acesso ao Posto da Funai, onde tem um assistente índio, remédios e uma pequena enfermaria com teto de palha, redes, e brasa no chão, tipicamente ianomami. Parece ter uma convivência amigável, porém bem delimitada, entre o Posto e o Pelotão, do outro lado da pista. Cada um faz a sua, mas dá assistência ao outro em caso de necessidade. Garimpeiro aqui não entra.

Para alguém que já esteve em Roraima alguns anos atrás, a volta a Boa Vista e arredores é chocante. Seria possível que ninguém tentou impedir que as áreas ianomami a oeste do Estado se tornassem um Klondike tropical? Não há cifras totalmente confiáveis, mas parece que tem mais de cem pistas penetrando as áreas ianomami, dando acesso a 45 mil garimpeiros, que

durante os últimos dois anos tiraram de lá quase 25 toneladas de ouro. Nessa euforia áurea é fácil ignorar que centenas de ianomami hoje estão sofrendo (e de doenças infecciosas) principalmente da malária que os garimpeiros lhes trouxeram.

Faz mais de 20 anos que a Comissão pela Criação do Parque Ianomami, CCPY, tenta obter a legalização de uma área contígua, em Roraima e no Amazonas, para proteger esse povo da Idade de Pedra no seu domicílio milenar, mas ainda não conseguiu. O território dos ianomami consiste hoje de duas florestas nacionais, com 19 reservas descontinuas criadas pela portaria interministerial no ano passado.

A Constituição proíbe a garimpagem em área indígena. Mas na realidade roraimense de hoje parece que a Constituição não é tão estanque assim, e aguentaria pequenas variações pragmáticas regionais. No caso, uma iniciativa aprovada pelo próprio governador do Estado —a possível "legalização" do garimpo de ouro em território ianomami.

Me contaram que em 1987 Brasília viu com satisfação a invasão dos garimpeiros no noroeste de Roraima. Os garimpeiros iam "povoar" a fronteira com a Venezuela. É verdade que muitos desses garimpeiros são pobres nordestinos sem condições de sobrevivência em casa mas, como diz Carlo Zacchini, membro da CCPY, "não é possível resolver os problemas do Maranhão matando os ianomamis". Hoje os habitantes de Boa Vista, e até personagens oficiais, em "off", asseveram com evidente

aversão que "garimpeiro como cidadão simplesmente não presta". É instável, é indisciplinado e, pelo seu próprio trabalho, é inerentemente predatório. E o clima social do garimpo tem chegado a Boa Vista. Assaltos, estupros e brigas armadas fazem hoje parte do dia-a-dia da cidade. É com esses rejeitos humanos que o Brasil quer povoar a sua fronteira?

Os países industrializados estão hoje intensamente empenhados na procura de soluções para os seus graves problemas ambientais. E a Floresta Amazônica brasileira está no enfoque —é claro, às vezes equivocado— dos debates mundiais. Duvido que a sobrevivência dos 10 mil ianomamis brasileiros chegue a despertar a mesma intensidade de interesse, ou pressão, internacional.

Mas fazendo parte de uma sociedade que hoje gasta bilhões de dólares para tentar remendar as brutalidades dantes cometidas contra os índios, e além do mais, obedece a lei, acho que mesmo sem pressão internacional o governo brasileiro deveria chegar a uma decisão. Ou "legalizar" essa invasão desoladora das áreas indígenas, para adaptar a "legislação que não presta" à "realidade" roraimense. Ou então decidir de mobilizar os meios consideráveis em seu poder para que os garimpeiros saiam das áreas indígenas, e em seguida providenciar a supervisão necessária para que eles não reapareçam. E, dessa maneira, mostrar que se cumpre a Constituição, mesmo em Roraima.

FAY HAUSSMAN, jornalista, é brasileira e coordenadora dos seminários sobre o Brasil na Universidade de Columbia, em Nova York (EUA).